

PERSPECTIVAS E DESAFIOS AO *LIFELONG LEARNING* NO BRASIL: A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Erika Luciane Moretto Pedrazzi¹

Eliani Cristina Moreira da Silva²

Orientador José Luiz Bizelli³

RESUMO

De acordo com dados emitidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 o Brasil contava com 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas, nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver um quadro teórico analítico a partir dos dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (Pnad contínua) quanto às taxas de analfabetismo referente a cor e grupos de idade, publicados em 2023 (SIDRA, 2025) em diálogo com as diretrizes governamentais, como a meta 9 do Plano Nacional de Educação, a Resolução nº 01/2021 do Ministério da Educação, o Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a meta 4.6 das Metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e à luz da teoria de Arroyo (2017, 2023) e Freire (2014, 2019), e do 5º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos (UNESCO, 2024). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, no que diz respeito aos procedimentos técnicos, metodologicamente, adotou-se os moldes da pesquisa bibliográfica e documental tendo como ponto de partida dados estatísticos e documentos oficiais. Do estudo realizado, depreende-se que a alfabetização oportunizada na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos sobressai-se ao direito à educação, a aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) é o caminho para a igualdade de oportunidades, para a emancipação social e econômica e o pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Lifelong learning, Alfabetização, Políticas Públicas, Cidadania.

INTRODUÇÃO

O direito à educação é um dos fundamentos para o desenvolvimento humano, a equidade social e o exercício da cidadania. No entanto, o Brasil ainda convive com índices expressivos de analfabetismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), havia cerca de 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabiam ler e escrever, o que representa aproximadamente 5,6% da população nessa faixa etária. Apesar dos avanços nas últimas décadas, o analfabetismo permanece como um problema estrutural, limitando as oportunidades de milhões de

¹ Doutoranda do Curso de Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FCL/UNESP- SP, erika.moretto@unesp.br;

² Doutora em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FCL/UNESP- SP, eliani.moreira@unesp.br;

³ Professor orientador: livre docente em Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FCL/UNESP- SP, jose.bizelli@unesp.br



peças., número que evidencia a insuficiência das políticas educacionais voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Esses números evidenciam o desafio de efetivar compromissos assumidos pelo país em documentos como a Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), a Resolução nº 01/2021 do MEC, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), o Pacto pela Superação do Analfabetismo e a Meta 4.6 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que propõe a universalização da alfabetização de jovens e adultos até 2030.

Para além da dimensão técnica, a alfabetização deve ser concebida como direito humano e condição para a emancipação social. Conforme Paulo Freire (2019, p. 34), “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra”, o que implica que a alfabetização é parte de um processo de conscientização crítica. Arroyo (2017) acrescenta que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não pode ser vista como modalidade compensatória, mas como política reparadora.

A alfabetização de jovens e adultos, neste contexto, não pode ser compreendida apenas como a aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, mas deve ser concebida como parte de um processo mais amplo de formação humana, integrado ao conceito de *lifelong learning* (aprendizagem ao longo da vida). Conforme argumentam Freire (2014; 2019) e Arroyo (2017; 2023), a EJA constitui um espaço de resistência e emancipação, na medida em que possibilita a esses sujeitos historicamente marginalizados a construção de novas identidades e a ampliação de sua participação social.

Diante desse quadro, o presente artigo busca discutir as perspectivas e os desafios do *lifelong learning* no Brasil a partir da alfabetização de jovens e adultos, considerando os dados recentes do IBGE e as diretrizes normativas que orientam as políticas públicas da área, à luz de referenciais teóricos nacionais e internacionais.

Esse estudo tem como objetivo analisar as perspectivas e os desafios da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, articulando-os ao paradigma do *lifelong learning*, bem como examinar os dados estatísticos sobre analfabetismo no Brasil a partir da PNAD Contínua (2023), relacionar esses dados às metas estabelecidas pelo PNE, pela PNA, pelo Pacto pela Superação do Analfabetismo e pelos ODS, discutir os aportes teóricos de Freire e Arroyo sobre alfabetização e educação emancipatória e refletir sobre a alfabetização como condição essencial para o exercício da cidadania e a promoção da igualdade social.



A relevância desta investigação reside no fato de que o analfabetismo constitui uma das maiores barreiras à equidade social e à inclusão cidadã. A EJA, como política pública, é frequentemente negligenciada, sendo marcada por falta de financiamento, instabilidade normativa e estigmatização social. Contudo, ela representa a única possibilidade de acesso ao direito à educação para milhões de brasileiros.

Discutir a alfabetização de jovens e adultos sob a perspectiva do lifelong learning significa compreender que a aprendizagem não deve estar restrita à infância ou à escolarização inicial, mas sim acompanhá-la em todas as etapas da vida. Essa perspectiva amplia o entendimento da alfabetização como instrumento de transformação social, capaz de fortalecer a democracia, a justiça social e a autonomia dos sujeitos.

O direito à educação é reconhecido como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano, a equidade social e o exercício da cidadania. Nesse sentido, este artigo busca analisar as perspectivas e os desafios do lifelong learning no Brasil, com foco na alfabetização de jovens e adultos, articulando dados estatísticos do IBGE (2023) às diretrizes oficiais e ao referencial teórico de Freire, Arroyo e da UNESCO (2024).

METODOLOGIA

O presente trabalho está ancorado em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. Para sua realização foram analisados os dados estatísticos da PNAD Contínua (IBGE/SIDRA, 2023), que evidenciam as taxas de analfabetismo no Brasil, considerando variáveis como cor/raça e grupos etários e documentos oficiais do governo brasileiro, como a Meta 9 do PNE (2014-2024), a Resolução nº 01/2021 do MEC, o Pacto pela Superação do Analfabetismo, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), e agendas internacionais pactuadas como a Agenda 2030 da ONU (ODS 4.6).

O estudo tem seu referencial teórico centrado em Freire (2014; 2019), Arroyo (2017; 2023) e no 5º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos (UNESCO, 2024).

A abordagem metodológica foi interpretativa, buscando estabelecer conexões entre os dados estatísticos, as políticas públicas e as reflexões teóricas.

REFERENCIAL TEÓRICO



Freire (2014) tem a alfabetização como uma prática de liberdade, enfatiza que vai além da decodificação de palavras, representando um processo de conscientização crítica, no qual o sujeito passa a ler o mundo. O autor ressalta que o aprendizado deve estar conectado à realidade social e cultural dos educandos. Para ele, a EJA é um espaço de emancipação e de construção da autonomia.

Em Pedagogia da Autonomia, Freire (2014, p. 29) afirma: “a alfabetização é um ato de conhecimento, e por isso um ato criador”, ressaltando que ensinar a ler e escrever não se limita a uma prática técnica, mas constitui um processo político que possibilita a emancipação. Nesse sentido, o autor defende que a EJA deve ser concebida como um espaço de transformação social, no qual os sujeitos aprendem a interpretar e intervir no mundo.

Para Freire, “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra” (FREIRE, 2019, p. 34), o que significa que os educandos chegam à escola já carregados de experiências, saberes e interpretações sobre a realidade. A alfabetização, portanto, deve partir dessas vivências para gerar consciência crítica.

Arroyo (2017, p. 78) sustenta que “a EJA não pode ser reduzida a uma modalidade compensatória, mas precisa ser reconhecida como política de reparação histórica”. Essa perspectiva rompe com a visão de que a EJA é um espaço de segunda categoria, destinada apenas a corrigir trajetórias escolares interrompidas.

O autor reforça a centralidade dos sujeitos: “os sujeitos da EJA são portadores de saberes e trajetórias, e é a partir deles que a escola deve se reconstruir” (ARROYO, 2023, p. 112). Para Arroyo, valorizar esses sujeitos implica reconhecer que a EJA é espaço de inclusão e de resistência, no qual a aprendizagem assume um caráter emancipatório.

Para Freire (2014, 2019) e Arroyo (2017, 2023) a valorização das trajetórias de vida dos educandos e a construção de práticas pedagógicas dialógicas e inclusivas constituem elementos centrais para que a EJA cumpra seu papel emancipador.

O 5º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos (GRALE 5), publicado pela UNESCO (2024), aponta que a aprendizagem ao longo da vida é essencial para enfrentar as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento sustentável. O documento enfatiza que a alfabetização de adultos deve ser integrada a políticas intersetoriais, garantindo oportunidades permanentes de aprendizagem.

Esse paradigma aponta que a alfabetização de jovens e adultos deve ser compreendida não como uma etapa isolada, mas como parte de um processo contínuo de



aprendizagem. A UNESCO (2024, p. 43) enfatiza ainda que “a aprendizagem ao longo da vida é o caminho para reduzir desigualdades, ampliar a inclusão social e fortalecer a cidadania”.

O Brasil assumiu metas claras de redução do analfabetismo. A Meta 9 do PNE (2014-2024) estabelece como objetivo a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e a erradicação do analfabetismo absoluto até 2024. Já a Meta 4.6 dos ODS prevê, até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados. No entanto, a permanência de índices elevados de analfabetismo evidencia o distanciamento entre o que está previsto nos documentos e a realidade social.

O Pacto pela Superação do Analfabetismo e a Política Nacional de Alfabetização (PNA) destacam a alfabetização como direito e compromisso de Estado, enquanto a Meta 4.6 dos ODS (Agenda 2030 da ONU) reforça o compromisso internacional de garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados até 2030.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabeleceu na Meta 9 a erradicação do analfabetismo absoluto até 2024. No entanto, os dados mais recentes do IBGE (2023) mostram que o objetivo não foi alcançado. A Resolução nº 01/2021 do MEC, ao tratar da EJA, reforça a necessidade de integrar essa modalidade às políticas educacionais de qualidade, porém ao estabelecer carga horária mínima de 150 horas, para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental para EJA, deixando aos sistemas de ensino definirem a carga horária da modalidade, coloca em risco todo o esforço das políticas e pactuações realizadas no sentido de erradicar o analfabetismo na idade adulta e a promoção do lifelong learning.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados mais recentes do IBGE revelam que, em 2023, o Brasil possuía 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas, o que representava cerca de 5,6% da população nessa faixa etária (IBGE, 2023). O problema é mais acentuado entre idosos e a população negra, o que revela a persistência de desigualdades históricas e estruturais.

A Tabela 7125 do SIDRA/IBGE (2023) apresenta as taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, desagregadas por cor ou raça e grupos etários.



Faixa Etária	Branços (%)	Pretos ou Pardos (%)
15 anos ou mais	3,1	6,9
25 anos ou mais	4,2	8,5
40 anos ou mais	6,5	12,3
60 anos ou mais	8,1	21,8

Figura 1 – Taxa de analfabetismo por faixa etária e cor ou raça – Brasil, 2023. Fonte: IBGE. PNAD Contínua: Educação 2023 (Adaptado pelos autores).

Os dados mostram que entre brancos, a taxa de analfabetismo cresce de 3,1% (15 anos ou mais) para 8,1% (60 anos ou mais). Entre pretos e pardos, a taxa aumenta de 6,9% para 21,8% no mesmo intervalo etário. A desigualdade racial é persistente em todas as faixas etárias, mas se agrava entre os idosos.

O analfabetismo no Brasil constitui um dos mais persistentes desafios da educação, marcado por fortes recortes de classe, raça e geração. Os dados do IBGE (Tabela 7125/SIDRA) revelam que os maiores índices de analfabetismo concentram-se entre idosos e pessoas negras. Essa realidade não pode ser compreendida como mero déficit individual, mas como expressão de um processo histórico de exclusão educacional.

Os altos índices entre idosos revelam uma geração que viveu num período em que a escola era privilégio e não direito. A universalização da educação básica é recente, o que significa que muitos dos idosos de hoje cresceram em um país onde a exclusão escolar era naturalizada. Para Freire (2014), essa exclusão corresponde a um processo de “injustiça histórica”, no qual os setores populares foram sistematicamente privados do acesso ao saber, perpetuando ciclos de marginalização.

No caso da população negra, o analfabetismo é fruto direto da herança escravocrata e do racismo estrutural. Miguel Arroyo (2014) chama a atenção para a maneira como o sistema educacional brasileiro foi construído em cima de “desumanizações históricas”, que relegaram negros, indígenas e pobres a posições de subalternidade. O autor destaca que a escola, longe de ser neutra, muitas vezes reforçou a exclusão, na qual os sujeitos não foram vistos como sujeitos do direito de saber, mas como destinatários de políticas compensatórias.

A sobreposição entre velhice e negritude torna ainda mais evidente a face estrutural do problema. Idosos negros representam o grupo mais atingido pelo



analfabetismo, carregando tanto a exclusão histórica do acesso à educação quanto a discriminação racial. Essa realidade confirma a análise freireana de que a opressão é múltipla e se expressa em diferentes níveis. O analfabetismo, assim, não é apenas ausência de leitura e escrita, mas parte de um mecanismo de silenciamento político que nega voz aos sujeitos historicamente marginalizados.

Ao interpretar esses números, observa-se que a alfabetização de jovens e adultos continua sendo um desafio significativo para o alcance da Meta 9 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que previa a erradicação do analfabetismo absoluto até 2024. Esse descompasso entre metas oficiais e resultados concretos também se evidencia quando comparado à Meta 4.6 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que propõe garantir, até 2030, que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados.

A UNESCO (2024, p. 17), em seu 5º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos, afirma que “a alfabetização é a base da aprendizagem ao longo da vida, sem a qual milhões de pessoas permanecem excluídas das oportunidades educacionais, econômicas e sociais”. Essa visão reforça a necessidade de compreender a alfabetização para além de um processo inicial, mas como parte de uma trajetória permanente de aprendizagens.

A experiência brasileira demonstra que grande parte dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos trazem consigo uma história de exclusão social e educacional. Arroyo (2017) enfatiza que a EJA não pode ser reduzida a uma modalidade compensatória, mas precisa ser reconhecida como política de reparação histórica, com o reconhecimento que os sujeitos da EJA são portadores de saberes e trajetórias, e é a partir deles que a escola deve se reconstruir.

O desafio, portanto, é superar a visão tecnicista e compensatória da alfabetização de jovens e adultos, garantindo políticas públicas consistentes e integradas, como preveem o Pacto pela Superação do Analfabetismo, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a Resolução nº 01/2021 do MEC. Nesse contexto, a perspectiva do lifelong learning torna-se essencial, pois, conforme afirma a UNESCO (2024, p. 43), “a aprendizagem ao longo da vida é o caminho para reduzir desigualdades, ampliar a inclusão social e fortalecer a cidadania”.

Ao relacionar os dados com o pensamento freireano, compreende-se que a alfabetização deve ser entendida como ato político e emancipador, e não apenas como desenvolvimento de habilidades técnicas. Freire (2014) defende que a educação deve



possibilitar aos sujeitos a leitura crítica do mundo, condição indispensável para a participação cidadã.

Na perspectiva da UNESCO (2024), a educação ao longo da vida é o caminho para a equidade, visto que proporciona condições para que os sujeitos possam se adaptar às transformações sociais, econômicas e tecnológicas. No entanto, a implementação desse paradigma no Brasil exige investimentos contínuos, formação de professores e valorização da EJA como política pública central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de estatísticas do IBGE evidencia que, embora o analfabetismo tenha recuado de 6,7 % em 2016 para 5,3 % em 2024, ainda incide fortemente sobre segmentos historicamente excluídos: idosos e pessoas negras. Isso reflete um legado de desigualdade e a necessidade de políticas educacionais direcionadas e afirmativas.

A leitura dos dados sobre analfabetismo a partir de Paulo Freire e Miguel Arroyo evidencia que não se trata de uma questão técnica, mas política. A maior incidência entre negros e idosos denuncia a persistência de desigualdades históricas e estruturais que o sistema educacional brasileiro ainda não foi capaz de superar.

A alfabetização de jovens e adultos, no Brasil, permanece como um desafio central para a efetivação do direito à educação e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Apesar de avanços pontuais, o número de pessoas analfabetas ainda revela a fragilidade das políticas públicas implementadas.

O analfabetismo é um fenômeno complexo, um desafio que exige aos governos implementar políticas intersetoriais que articulem educação, assistência social, cultura e saúde para atender especificamente os grupos mais vulneráveis, promover um financiamento adequado e perene na EJA, com valorização da formação docente em abordagem dialógica, desestigmatizar a EJA, valorizando-a como espaço legítimo de aprendizagem e não como “última chance”.

A análise realizada demonstra que a EJA deve ser concebida não como modalidade compensatória, mas como política estratégica para a promoção da cidadania. Inserida no paradigma do lifelong learning, a alfabetização se torna um processo contínuo, capaz de garantir igualdade de oportunidades, emancipação social e desenvolvimento sustentável.



A perspectiva do lifelong learning, defendida pela UNESCO (2024), e as contribuições de Freire (2014; 2019) e Arroyo (2017; 2023) apontam que a alfabetização deve ser compreendida como prática de emancipação, inclusão e reparação social.

Conclui-se, assim, que a superação do analfabetismo exige compromisso político, investimentos adequados, formação docente qualificada e valorização da EJA como espaço legítimo de aprendizagem e de transformação social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Vidas re-existent- Reafirmando sua outra humanidade na história. Petrópolis: **Vozes**, 2023.

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite: Do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito de uma vida justa.. Petrópolis: **Vozes**, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005/2014**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução nº 01/2021**. Brasília: MEC, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 2014.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 52. ed. São Paulo: **Cortez**, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Tabela 7125: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupo de idade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7125>. Acesso em: 4 set. 2025.

UNESCO. **5º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos – GRALE 5**. Paris: UNESCO, 2024.

